

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/380178150>

O conceito de valores na análise do comportamento: de Skinner à teoria das molduras relacionais

Chapter · January 2024

CITATIONS

0

READS

51

3 authors:



[João Henrique de Almeida](#)

São Paulo State University

70 PUBLICATIONS 361 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Cainã Teixeira Gomes](#)

University of São Paulo

17 PUBLICATIONS 55 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

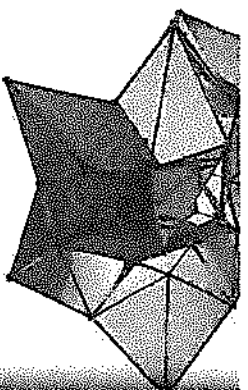


[William F. Perez](#)

Paradigma - Centro de Ciências do Comportamento

64 PUBLICATIONS 421 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



O conceito de valores na análise do comportamento: de Skinner à teoria das molduras relacionais

João Henrique de Almeida

Catã Teixeira Gomes

William F. Perez

Em uma visão global, a ideia de valor refere-se a uma variedade de significados. Pode remeter às virtudes de alguém ou alguma qualidade como um mérito, talento ou bravura. Pode, adicionalmente, ser empregado para representar um alto apreço, importância ou consideração relacionado a alguém, ou a algum evento, posição social, atribuição profissional ou até mesmo a algo material. Valor também está vinculado a uma perspectiva de mensuração, estimativa ou atribuição de preço do valor arbitrário de qualquer tipo de elemento ou evento ambiental. Apesar de não diferir completamente dos significados explorados até aqui, esse mesmo termo, quando utilizado no plural, ganha outras acepções. O termo “valores” indica tanto os princípios em relação a um ideal de perfeição, assim como crenças em relação ao que é certo ou errado, ou ainda, importante em termos morais, culturais e sociais (Michaels, 1998).

Apesar de ser um termo bastante frequente no cotidiano, quando buscamos defini-lo a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, nos deparamos com um considerável desafio. Tal desafio apresenta diferentes camadas, sendo uma das mais importantes aquela atrelada a noções como “certo ou errado” ou de “ideal ou moralidade”. Poderia a visão sobre os valores ser expressa como uma explicação funcional do comportamento de um organismo, ou seja, a partir de uma visão histórica e determinista? É possível utilizar essa noção em uma explicação analítico-comportamental?

Neste capítulo, nosso objetivo será responder a essas questões buscando suporte em duas perspectivas diferentes para interpretação do comportamento humano. Inicialmente, recorreremos à discussão realizada por Skinner (1971) sobre valores e como podemos compreender os processos comportamentais que nos permitiriam realizar essa discussão. Em uma seção seguinte, discutiremos a importância desse conceito para a teoria das molduras relacionais (*relational frame theory* [RFT]), conforme Hayes et al. (2001), antecédida por uma sucinta revisão sobre essa proposta. Por fim, apresentaremos um debate sobre os pontos de encontro e de desconcreto entre a proposta skinneriana e a RFT, trazendo implicações práticas para o entendimento dos valores e a relevância do estudo desse termo.

A visão skinneriana de valores

Skinner (1967), em sua obra, tratou dos aspectos mais diversos do comportamento humano, principalmente a partir de contingências de reforço e seu impacto sobre comportamentos operantes. A amplitude dessa análise permite inferir sua posição sobre os valores quando discute pontos de vista éticos e morais, aspectos “positivos”, “negativos”, “bons” ou “ruins” do comportamento humano. Seu trabalho também permitiu conhecer sua perspectiva sobre o controle do comportamento a partir da história de aprendizagem, incluindo o impacto de diversas agências de controle (p. ex., religião, governo e lei), evitando atribuir tais funções

controladoras à autonomia do indivíduo. Apesar dessa visão mais abrangente nos permitir compreender sua posição e análise sobre os valores, devemos citar uma interpretação específica acerca deste conceito.

Skinner (1971), em seu livro *Beyond Freedom and Dignity*, apresenta no sexto capítulo uma análise dos valores a partir de operações comportamentais. A linha de raciocínio apresentada por ele é guiada por diferentes tópicos, sendo os principais “como podemos/quem poderia definir o que é bom na vida?” e “como podemos definir avanços em direção a uma vida boa?”. Para responder a essas perguntas, Skinner busca suporte em elementos frequentemente presentes na sua visão do comportamento humano.

O primeiro deles é a forte influência da visão evolutiva de sua teoria, a própria ideia de que existe um valor de sobrevivência no que definimos como “bom”, segundo Skinner (1971), um aspecto claro de sua inspiração pragmatista, para a análise comportamental que realiza. O modelo skinneriano de seleção pelas consequências explica a constituição biológica do organismo humano, como temos hoje, e a sensibilidade inata a certos estímulos, que Skinner chamou de reforçadores primários (Skinner, 1961). Organismos que eram sensíveis a certos alimentos, sono e contato sexual, por exemplo, tinham mais chance de sobreviver e deixar descendentes férteis (Skinner, 1984).

O valor reforçador de certos eventos pode ser encontrado diretamente no nível filogenético ou na sua importância para a sobrevivência e evolução das espécies. Considerando os organismos vivos, a sensibilidade às consequências foi um salto evolutivo que provavelmente ocorreu entre 520 e 545 milhões de anos atrás (Ginsburg & Jablonka, 2010). A aprendizagem por contingências alterou a relação entre os organismos e seu ambiente de maneira exponencial. Agora, os organismos podiam se aproximar ou evitar situações que proporcionassem consequências específicas, como abordar novas fontes de alimentos ou adotar novos meios comportamentais de evitar a predação (Schneider, 2012).

Para Skinner (1971), “coisas boas são reforçadores positivos ... e o que chamamos de ruim ... são reforçadores negativos, e ambos reforça-

dos quando escapamos ou os evitamos” (p. 103). Dessa forma, podemos entender que a propriedade do que é sentido como bom, assim como daquelas experiências aversivas que evitamos, são funcionalmente estabelecidas. Todos os reforçadores eventualmente derivam sua força de um processo evolutivo de seleção.

Um segundo ponto de destaque é que algumas contingências importantes para o comportamento humano são verbais. Uma característica singular da espécie humana em relação às demais é a sua capacidade linguística ou cognitiva. Essa característica é um dos produtos de nossa história evolutiva única e pode implicar em consequências particulares para a experiência humana (Skinner, 1984). O comportamento verbal é relevante tanto na explicação de como avaliamos nossos próprios comportamentos (i.e., como julgamos nossas ações) quanto de como aprendemos as consequências deles (i.e., como julgamos as consequências de nossos comportamentos).

Skinner (1971) estabelece que, apesar da possibilidade de nos comportarmos verbalmente em relação a nossos próprios comportamentos, o que importa é o efeito reforçador. Dessa forma, podemos chamar um reforçador de “bom” ou “satisfatório”, mas esse sentimento será apenas um efeito secundário do fato de que algo reforçador pode ser entendido como prazeroso. Um evento ambiental não será considerado um reforçador graças a um rótulo como “bom” ou “satisfatório”. Podemos experimentar como efeito da apresentação de um estímulo o sentimento de satisfação ou gratidão, mas o ponto principal, em sua visão, é a própria alteração em um estado de privação que faz com que o evento consequente seja reforçador. Em outras palavras, não existe conexão causal importante entre o efeito reforçador de um estímulo e os sentimentos ou descrições que este efeito traz à tona.

Um terceiro ponto relevante é a noção de que existem prescrições impostas culturalmente e que, graças a isso, tendemos a agir de maneiras consideradas morais ou éticas em nossa comunidade ou sociedade. Uma pessoa que “possui valores” muitas vezes agirá intencionalmente

desta maneira. Essa ideia de intencionalidade nada mais significa do que apontar que o comportamento de um determinado indivíduo tem sido fortalecido pelas consequências (Skinner, 1971). Dessa forma, agir em função do benefício de outros pode ser entendido graças às contingências arranjadas socialmente que reforçam comportamentos de natureza altruísta. Adicionalmente, os métodos que podem produzir esses comportamentos altruístas não dependem necessariamente de um planejamento no sentido moral ou ético. Por exemplo, histórias de reforço que incluam ameaças físicas, situações de opressão ou medo podem selecionar igualmente esses tipos de repertórios altruístas. Assim, um padrão comportamental “altruísta” independe tanto de uma intencionalidade do indivíduo que “possui valores” como também independe de uma “formação ética”, pois é fruto de contingências, mesmo que extremamente aversivas.

Um exemplo bastante elucidativo de como esse padrão altruísta pode ser estabelecido obtemos ao analisar o comportamento de um herói de contos mitológicos. Devemos, para isso, imaginar um herói que teve sucesso em eliminar um monstro ou criatura que assolava um determinado vilarejo. É bastante óbvio pensar que a sua motivação inicial, para tal feito, pode ser localizada em sua história pessoal de reforço. Muito provavelmente, reforçadores diversos podem ocorrer após o feito, além do reforço natural, que foi destruir a própria fera. É razoável imaginar que a população do vilarejo irá apresentar, de forma contingente ao comportamento do herói, inúmeros reforçadores condicionados como aprovação, elogios, afeição, celebrações, estátuas etc. Essas consequências adicionais mostram como a seleção de um comportamento que contribuiu para o bem de outras pessoas, eventualmente, pode produzir reforçadores de grande magnitude, possivelmente reforçando aquele comportamento. Esse mesmo comportamento, de caçar e eliminar feras e monstros, está sujeito a uma modelagem que pode, porventura, ao produzir reforçadores, até mesmo custar a própria vida do herói (fazendo com que o herói se exponha a desafios cada vez maiores, e eventualmente insuperáveis).

É fundamental analisar essas possíveis consequências quando pensamos em valores, porque, na visão skinneriana, a sua construção sempre será influenciada pela capacidade de estabelecermos relações funcionais entre respostas do organismo e elementos reforçadores no ambiente. Por exemplo, poderíamos considerar um valor de um paciente que almeja, acima de tudo, construir uma vida social rica. Assim, é importante analisar quais os produtos que essa rica interação social permitiria observar e que teriam relevância na seleção deste comportamento. De uma perspectiva evolucionista, a interação social vista como cooperação e altruísmo pode ser explicada pelo grau em que esses comportamentos promovem o sucesso de grupos competitivos, na medida em que restringem a competição dentro do grupo (Pagel, 2012). Isto é, a análise dos valores na perspectiva skinneriana parte da observação das consequências produzidas por comportamentos orientados a esses valores.

Em debates dessa natureza, muitas vezes somos tentados a integrar à explicação uma virtude interna do indivíduo, porém, para explicar os valores, numa visão científica, só podemos recorrer a variáveis acessíveis e passíveis de intervenção. Dessa forma, Skinner (1971) destaca o papel desse tipo de variável ao realizar análises funcionais sobre os valores, empregando tanto as consequências diretas do comportamento direcionado aos valores, como também a possibilidade de controles “indiretos” — nesse caso, considerando comportamentos governados por regras. Devemos deixar claro, porém, que essa inclusão dos comportamentos governados por regras não diminui a importância das consequências diretas. O controle por regras é somente uma descrição das contingências diretas, que tem o potencial de transformar em regra um determinado estímulo discriminativo verbal que as descreve. Assim, contingências diretas seriam indispensáveis para ocorrência futura e para a eventual seleção de um dado comportamento (Skinner, 1966). A possibilidade do controle por regras também pode ser especialmente clara quando esse controle “para o bem dos outros” é realizado com bastante eficácia por organizações religiosas, educacionais, governamentais ou econômicas.

Esse controle planejado de comportamentos que possam ocorrer “para o bem dos outros” tende a ser mantido, mas obviamente irá competir com reforçadores efetivos para um determinado organismo, que possam concorrer no momento da seleção destes comportamentos. Quando esse controle que busca gerar comportamentos “altruístas” não é eficaz em relação a um indivíduo, é costumeiro concluir, em uma perspectiva do senso comum, que ele “não possui valores” ou não tem “fibra moral” ou “compromisso”, contudo, novamente estamos apenas observando o efeito de contingências concorrentes.

Por fim, definir valores, em uma perspectiva skinneriana, depende fortemente da observação das consequências do comportamento. O trabalho de Skinner (1971) destaca uma preocupação adicional em como empregar a tecnologia comportamental para produção da liberdade e dignidade. Em sua proposta, Skinner (1971), para responder sobre o que é bom para a humanidade, ou mesmo como desenvolver tal tecnologia, devemos igualmente recorrer à observação dos efeitos das consequências reforçadoras que controlam o comportamento. Para que os valores sejam explicados de maneiras alternativas, no escopo da análise do comportamento, daremos atenção às contingências que não contam com consequências diretas para o estabelecimento das respostas.

Valores na terapia comportamental

Nas últimas décadas, pesquisadores e clínicos têm se dedicado a compreender como uma espécie, que tem, possivelmente, o menor contato com fontes diretas de dor, é capaz de experimentar sofrimento de forma tão profunda e perversiva, graças à linguagem (Wilson et al., 2001). Por outro lado, por sermos seres verbais, podemos encontrar sentido e propósito mesmo diante de situações extremamente adversas (Wilson & Murrell, 2004). A ciência comportamental contemporânea — ou como tem sido mais comumente denominada, ciência comportamental con-

textual — busca o desenvolvimento de conceitos e métodos científicos, básicos e aplicados que sejam úteis para prever e influenciar as ações com precisão, escopo e profundidade (Hayes et al., 2012).

Fazem parte desta área diversas modalidades de psicoterapia, como a terapia de aceitação e compromisso (ACT, do inglês *acceptance and commitment therapy*), de acordo com Hayes et al. (1999); psicoterapia analítica funcional (FAP, de *functional analytic psychotherapy*), por Kohlenberg e Tsai (1991); terapia comportamental dialética (DBT, de *dialectical behavior therapy*), evidenciada por Linehan (1993); ativação comportamental (BA, de *behavioral activation*), por Kanter et al. (2009), entre outras. Todas as psicoterapias citadas, mesmo que de maneiras diferentes, se dedicam a trabalhar com os valores do paciente, isto é, a entender o que é importante para ele e como isso pode ser útil no processo terapêutico. Enquanto para a ACT os valores funcionam como um componente essencial do próprio modelo terapêutico, para outras terapias, como a FAP, os valores são importantes, mas não compõem o modelo que guia a conduta do terapeuta.

A noção de valores tem sido explorada nesse âmbito, tanto do ponto de vista dos processos de aprendizagem que estabelecem eventos como potencialmente importantes (ou reforçadores), como no desenvolvimento de intervenções terapêuticas. A pesquisa básica nos dá algumas respostas sobre como aprendemos a valorizar algo; a pesquisa aplicada busca entender como trabalhar com valores pode reduzir o sofrimento e promover bem-estar.

Como a psicologia comportamental se desenvolveu de forma a abordar clinicamente a questão dos valores a partir de uma perspectiva comportamental contextual? O ponto de partida para responder a essa questão é a história filogenética da nossa espécie. A teoria evolucionista ocupa um lugar de destaque, tanto na análise do comportamento, conforme Skinner (1984), quanto nas ciências comportamentais contextuais, segundo Wilson e Hayes (2018). A história cooperativa de nossa espécie fez com que outros indivíduos se tornassem especialmente importantes

de acordo com Hayes e Sanford (2014), e contribuiu, por exemplo, para que sejam sensíveis à rejeição e isolamento social. Uma das funções da psicoterapia pode ser de estimular o paciente a perseguir o seu valor de enriquecer sua vida social. Em outros casos, a sensibilidade inata a certos estímulos pode provar ser um obstáculo para que o paciente se comporte em direção a seus valores. Por exemplo, um indivíduo que tem como valor cuidar de sua saúde. Alimentos ricos em sal, açúcar ou gordura eram escassos na maior parte da história da nossa espécie, então quando se encontravam disponíveis, era muito vantajoso que se acumulassem em forma de gordura, para serem convertidos em energia em períodos futuros de privação (Eaton & Cordain, 1997). No entanto, a vida na savana é bem diferente da vida contemporânea. O paciente que quer cuidar de sua saúde é influenciado por variáveis filogenéticas que já não têm mais a mesma função adaptativa observada em sua origem.

A gama de eventos potencialmente reforçadores para o organismo humano é muito maior do que aquela selecionada na filogênese. Ao longo da história de vida de cada indivíduo, reforçadores primários ocorrem regularmente acompanhados de outros eventos do mundo, antes neutros para o organismo. Por exemplo, o leite materno pode vir acompanhado regularmente de contato visual com a mãe. Após esse processo de condicionamento, esses eventos podem passar a compartilhar propriedades reforçadoras, as quais Skinner (1967) denominou de reforçadores secundários (ou condicionados).

Os reforçadores secundários ganharam importância por terem sido pareados, ao longo da história de vida do organismo, com um reforçador primário. Quando um reforçador secundário é pareado com mais de um reforçador primário ou com outros secundários, dizemos que ele se tornou um reforçador generalizado (Skinner, 1967).

O contato visual materno, por exemplo, que ganhou valor por conta do pareamento com leite, agora pode ser pareado com outros alimentos ou com contato afetivo e segurança física. Isso quer dizer que o controle por uma privação específica é enfraquecido, ou seja, ainda que o indivíduo esteja saciado de alimentos, reforçadores generaliza-

dos, como atenção, continuam importantes. Exemplos de reforçadores generalizados são dinheiro, aprovação social e controlabilidade. Logo, podemos esperar, com um certo grau de confiança, que pessoas valorizem patrimônio financeiro, reconhecimento social e que tentem evitar situações que elas não podem controlar.

Breve introdução à teoria das molduras relacionais

A partir de meados da década de 1980 até o início dos anos 2000, a pesquisa básica na análise do comportamento passou por um momento de efervescência intelectual, com a emergência de novas visões sobre os operantes verbais, estudos sobre comportamento governado por regras e o estabelecimento do paradigma de equivalência de estímulos (p. ex., Barnes & Roche, 1996; Blakely & Schlinger, 1987; Dube et al., 1993; Hayes & Hayes, 1989; Schlinger Jr., 1993; Sidman, 1994). Tais proposições, que surgiram acerca de uma explicação comportamental do fenômeno da linguagem e da cognição, antecederam a publicação do primeiro livro completo descrevendo a proposta da RFT (Hayes et al., 2001).

A proposta da RFT, por Hayes et al. (2001), destaca-se já pelo subtítulo do livro: "Uma explicação pós-skinneriana da linguagem e cognição". Na obra, os autores buscam desvendar como estímulos podem adquirir função no controle do comportamento de forma indireta ou derivada, ampliando a capacidade de análise dos fenômenos comportamentais complexos.* A RFT é uma área com considerável produção científica, tendo os pesquisadores produzido 695 estudos entre 1991 e 2016, incluindo investigações teóricas, básicas e aplicadas (Dymond et al., 2010; O'Connor et al., 2017). Por meio da RFT, temas tais como os valores puderam ser analisados sob uma nova perspectiva dentro da análise do comportamento.**

* Para uma introdução mais completa à RFT, recomenda-se consultar Perez et al. (2013) e para uma análise mais atual e detalhada da RFT, ver Zeitle et al. (2016).

** A RFT é reconhecida como uma explicação analítico-comportamental tanto no livro original de Hayes et al. (2001), quanto em trabalhos mais recentes (p. ex., Zeitle et al., 2016).

Os estudos baseados na RFT, inicialmente, evidenciam como seres humanos aprendem a relacionar eventos com base em propriedades físicas (p. ex., um rato é *menor que* um cachorro). A resposta de relacionar eventos de uma dada maneira, por sua vez, não ocorre de maneira caótica. Respostas relacionais ocorrem sob controle de estímulos antecedentes (nos termos da RFT, controle contextual) e, dessa forma, podem ser aplicadas a quaisquer pares de estímulos, independentemente de propriedades físicas (p. ex., o Corinthians é *menor que* o Palmeiras). Isso permite que humanos, a partir das práticas reforçadoras da comunidade verbal, respondam sob controle de relações arbitrárias ou convencionadas. Assim, a unidade de análise proposta pela RFT é o responder relacional arbitrariamente aplicável (RRAA), ou seja, padrões de resposta relacional contextualmente controlados que podem ser aplicados de maneira convencional a qualquer conjunto de eventos, alterando sua função. Tal unidade de análise é caracterizada por três propriedades funcionais: (1) implicação mútua (p. ex., se $A = B$, logo $B = A$; se $A < B$, logo $B > A$), que descreve o caráter bidirecional das respostas relacionais arbitrariamente aplicadas; (2) implicação combinatoria (p. ex., se $A = B$, e $B = C$, logo $A = C$ e $C = A$; se $A < B$ e $B < C$, logo $A < C$ e $C > A$), que descreve o fato de que relações mutuamente implicadas podem ser combinadas, gerando padrões mais complexos (redes); (3) transformação de função, que descreve o fato de que estímulos relacionados arbitrariamente terão sua função alterada a depender do tipo de relação implicada entre eles (p. ex., considerando A como um reforçador condicionado, se $A = B$, logo B será um reforçador derivado; se $A < B$, B será um reforçador derivado ainda mais potente do que A).

A partir das propriedades funcionais que definem o RRAA, consideremos alguns exemplos baseados em pesquisas básicas: uma vez estabelecida uma relação arbitrária de igualdade entre os estímulos X , Y e Z , se uma função aversiva for estabelecida para X pelo paramento repetido com um choque elétrico, por exemplo, Y e Z também

adquirirão propriedades aversivas, apesar de nunca terem sido emparelhados com choques (Dougher et al., 1994). Assim, Y e Z ganham função aversiva derivada pela relação (arbitrária) implicada de igualdade com X . Ainda, se for estabelecida uma relação de comparação (i.e., maior-menor) na qual $X < Y < Z$, o indivíduo se esquivará ainda mais de Y e Z do que do estímulo cuja função aversiva foi diretamente estabelecida (Dougher et al., 2007).

Evidências sugerem que somos a única espécie a mostrar respostas relacionais tão complexas (Hughes & Barnes-Holmes, 2014). Devido a esse repertório particular, o RRAA, humanos respondem não só às funções diretamente estabelecidas por contingências de paramento ou de reforçamento, mas também às funções indiretamente ou simbolicamente construídas. Para ilustrar, vejamos um caso de ansiedade. Um indivíduo pode adquirir respostas fóbicas a eventos que ganharam função aversiva diretamente, tal como um elevador no caso de alguém que desenvolveu claustrofobia após ter ficado preso em um espaço confinado; ainda, essa mesma pessoa pode, durante uma caminhada em espaço aberto, se sentir “presa” e “sufocada” em uma relação afetiva, ao avaliar verbalmente o padrão tóxico de interação com seu parceiro. De maneira condizente com a literatura, a generalização “simbólica” do medo é uma característica definidora dos transtornos de ansiedade (Dymond et al., 2015).

Ao mesmo tempo, somos capazes de enfrentar situações que produzem medo *em nome de um valor*, de uma ideologia ou princípio (Wilkinson & Murrell, 2004). Em psicoterapia, frequentemente esse é um conflito importante: aproximar-se ou não daquilo que produz medo. Um paciente pode relacionar verbalmente essa aproximação com um valor que seja importante para ele, como coragem, por exemplo. Intervenções sobre *valores* são ferramentas fundamentais na psicoterapia comportamental contemporânea, de acordo com Plumb et al. (2009), especialmente quando o repertório a ser modelado envolve o contato com contingências aversivas.

Valores sob a perspectiva da teoria das molduras relacionais

A explicação do comportamento humano baseada na RFT, por Hayes et al. (2001), tem como base o RRAA. Portanto, a análise dos valores terá foco em: (1) relações arbitrárias entre eventos e (2) respostas derivadas, ou seja, baseadas em relações implicadas que se estendem a partir de um conjunto de relações iniciais — e que, portanto, independem de uma contingência de treino direto para o seu estabelecimento. O RRAA é modelado e mantido por meio de um treino de múltiplos exemplares, iniciado frequentemente muito cedo e de maneira informal na história de vida dos seres humanos. Este treino consiste em reforçar respostas coerentes com relações diversas presentes nas práticas da comunidade verbal, tais como: igualdade (nome = objeto), diferença, comparação (maior/menor), oposição, temporalidade (antes, depois), causalidade, relações espaciais (dentro/fora, sob/sobre) dêiticas (que dependem da perspectiva do falante; eu/você, aqui/á, agora/então) etc. Inicialmente, o treino de tal operante tem início com base em propriedades físicas: por exemplo, 2 objetos são *menos do que* 4; 4 objetos são *mais do que* 3 etc. O treino de múltiplos exemplares permite que o indivíduo “abstrai” a propriedade funcional relevante e aprenda a responder sob controle da relação convencionalizada para uma dica contextual específica. Assim, no caso de um treino com múltiplos exemplares envolvendo as respostas de comparação, o organismo será capaz de comparar quantidades de maneira generalizada, mesmo quando novas quantidades forem apresentadas, em acordo com as dicas contextuais *menos do que* ou *mais do que*: 7 objetos são *menos do que* 9; 12 objetos são *mais do que* 10. Eventualmente, no entanto, as dicas contextuais serão arbitrariamente aplicadas pela comunidade verbal de maneira a criar relações convencionalizadas, que não são baseadas em propriedades físicas. Isso ocorre, por exemplo, nas relações monetárias em que a moeda de 25 centavos, mesmo sendo maior fisicamente, vale menos do que a de 50 centavos. O indivíduo aprenderá, ainda, a comparar outros eventos arbitrariamente, tal como observamos

nos preconceitos ou preferências: preto é *menos do que* branco ou popular é *menos do que* erudito. Relações arbitrárias poderão, ainda, ser combinadas em redes complexas gerando respostas relacionais derivadas: se João é preto e Carlos é branco e preto é menos do que branco, por derivação João é menos do que Carlos; se Mozart é erudito e Chico é popular e popular é menos do que erudito, por derivação Chico é menos que Mozart. Assim, o controle contextual do RRAA permite aos organismos verbalmente competentes uma interação totalmente diferenciada com os eventos do mundo, se comparados a outros organismos que não apresentam as mesmas possibilidades (Hayes & Berens, 2004). Funções de estímulos podem ser estabelecidas indiretamente via transformação de função, permitindo que eventos ganhem função de estímulos na ausência de contingências de pareamento ou de reforçamento.

Um dos pontos nos quais a explicação da RFT traz acréscimos relevantes no entendimento dos valores refere-se à noção de propósito. Skinner (1976) debate em seus textos sobre essa sensação de propósito como efeito das contingências de reforçamento. A partir da proposta da RFT, essas sensações podem ser interpretadas também via respostas relacionais derivadas. Seres humanos verbalmente competentes se comportam com “propósitos” verbalmente constituídos. Como apontado por Hayes (1992), com base em nossa história de reforço, podemos “trazer verbalmente o passado como futuro no presente” (p. 114).

Segundo a RFT, o propósito de uma ação pode ser compreendido por meio de consequências cuja função reforçadora é verbalmente constituída. Assim, o efeito da “sensação de propósito” pode ocorrer via transformação de função. Propósito e valores estariam diretamente relacionados, na medida em que se referem à emissão de comportamentos que estejam verbalmente descritos e relacionados arbitrariamente por pertencimento a uma categoria que faz referência a algo importante para o indivíduo (p. ex., “ser um bom pai”).

Valores são componentes essenciais de uma vida significativa e também para uma intervenção terapêutica significativa (Hayes, 2004). Nessa

perspectiva, segundo Wilson e Dufrene (2009), considera-se que valores são “escolhidos livremente, como consequências verbalmente construídas, como padrões dinâmicos e em evolução, que estabelecem reforçadores importantes para determinadas atividades que possuem um engajamento intrínseco no padrão comportamental valorizado” (p. 64). Serem “escolhidos livremente” não significa caos ou indeterminação, uma autonomia ou vontade independente da história ou contexto, apenas destaca que a experiência de escolha dos valores normalmente ocorre por meio de uma seleção comportamental livre de controle aversivo ou do controle por regras fixadas socialmente. Quanto a serem “verbalmente construídos” destaca a necessidade de se criar narrativas que construam funções reforçadoras derivadas para a emissão dos comportamentos valorizados. Valores são “padrões dinâmicos e em evolução”, ou seja, podem mudar ao longo da nossa experiência e também pontualmente, por serem sensíveis ao contexto atual (Wilson & Dufrene, 2009). Têm como função principal estabelecer eventos como reforçadores ou, ainda, aumentar o valor reforçador de eventos anteriormente reforçadores, alterando assim a probabilidade de ocorrência de dados comportamentos.

De forma geral, Hayes et al. (1999) dão ênfase às diferenças entre valores e metas. Uma das diferenças cruciais entre eles seria que as metas tendem a ser descrições de comportamentos finitos e realizáveis pontualmente. Um exemplo de meta seria por exemplo, “levar seu filho para jogar bola no parque”. Esse comportamento é claramente delimitado e pode ser realizado em sua totalidade. Por outro lado, os valores são menos estáticos e realizáveis, são descrições gerais que têm uma função mais ampla de direcionar ou servir como um “norte” para comportamentos direcionados a eles. Por exemplo, o valor “ser um pai amoroso”; mesmo que um indivíduo tenha ótimas interações com seus filhos e aja para garantir o bem-estar deles, “ser um pai amoroso” não é algo realizável em sua totalidade. Mesmo que realize esses comportamentos em um dia, uma semana, ou mesmo por décadas, um encerramento não é observado. A ocorrência de comportamentos direcionados ao valor “ser um pai amo-

roso”, por mais que sejam observados, não o exime de buscar sempre “ser um pai amoroso”. Em outras palavras, a descrição “ser um pai amoroso” tem relação com uma contingência que não pode ser completamente satisfeita ou atingida.

Sob uma perspectiva comportamental, podemos entender o valor descrito no exemplo anterior a partir de um operante relacional derivado que estabelece funções específicas para as variáveis ambientais presentes, afetando a interação do organismo com tais eventos. Assim, pensando de forma prática, a partir do momento em que um valor como “ser um bom pai” seja descrito (por exemplo, em um processo terapêutico), todas as interações comportamentais relacionadas com a paternidade podem ter suas funções modificadas. É possível, inclusive, que o controle contextual funcional exercido por tal descrição afete eventos que poderiam evocar respostas indesejáveis por parte do pai em relação aos comportamentos dos filhos, tais como criticar, agir de modo ríspido etc.; assim, por transformação de função, tais eventos podem vir a ter função discriminativa derivada para a emissão de comportamentos que caracterizem agir de forma mais “paciente” ou “compreensiva”.

Convergências e divergências na compreensão dos valores

Tanto na perspectiva skinneriana quanto na leitura da RFT, valores são elementos possíveis de serem compreendidos a partir de uma análise funcional de processos comportamentais. As diferenças entre as duas propostas começam nas unidades de análise utilizadas para a interpretação do mesmo fenômeno.

A visão skinneriana é fundamentada em um processo operante e dessa maneira uma história de controle por regras ou interações com reforçadores avulsados deve ser especificamente estabelecida para que possamos realizar uma análise funcional do impacto dos valores. Nesse ponto, os valores podem ter uma conotação relativa a um aspecto evo-

lutivo que irá permitir qualificar os eventos a partir de sua contribuição para a sobrevivência. Adicionalmente, valores fazem parte de descrições verbais, e essa visão ou julgamento social sobre determinado comportamento é amplamente dependente de práticas culturais. Skinner destaca o papel das consequências de comportamentos, muitas vezes entendidos como “de valor”, por proporcionarem benefícios a outros membros de uma sociedade.

O texto skinneriano provavelmente reflete algo sobre o momento em que sua proposta foi amplamente divulgada e um claro contraste a uma psicologia que defendia uma autonomia do indivíduo, no sentido de indeterminação do comportamento. Nesse sentido, na interpretação skinneriana, os valores acabaram por ter uma importância relativa e, normalmente, configuram uma descrição ou avaliação social sobre o que fazemos, sendo essencial para observação dos comportamentos direcionados a eles para que consequências efetivas sejam produzidas ou apresentadas.

Por outro lado, na perspectiva fundamentada pela RFT, comportamentos de seres humanos verbalmente competentes são compreendidos como respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis. Dessa forma, podemos atribuir diferentes funções para os valores, como estabelecer um valor reforçador para algo que não esteja presente na história passada de reforçamento de um organismo. Assim, alguém que nunca teve um filho pode considerar o valor “ser um bom pai” como importante. Esse valor irá afetar comportamentos direcionados a ele, tornando-os mais prováveis, como buscar relacionamentos estáveis ou mesmo interagir com frequência com crianças. Além disso, se esse indivíduo vier a ser pai, esse valor irá afetar a magnitude de consequências de seus comportamentos. Reforçadores produzidos na interação com os filhos serão possivelmente mais efetivos para ele e/ou consequências aversivas da interação terão menos controle sobre seu comportamento. Mesmo quando ocorrer alguma competição entre reforçadores, “ser um bom pai” poderá afetar a magnitude de diferentes reforçadores. Por exemplo, assistir a um jogo de

futebol não terá o mesmo valor reforçador se esse jogo estiver ocorrendo no mesmo momento que uma peça de teatro da filha. Isso não implica dizer que a peça, normalmente, seja um reforçador mais potente — talvez o pai não veja peças infantis em que sua filha não esteja participando. Porém, ao estabelecer o valor de “ser um bom pai”, essa resposta verbal terá o poder de afetar funções específicas de consequências ambientais potenciais desses diferentes comportamentos.

Além disso, na perspectiva de Hayes et al. (1999), é destacado que os valores não podem ser estabelecidos por consequências aversivas ou por controle por regras. Na perspectiva da ACT, um valor que seja imposto de forma mandatória (graças a qualquer tipo de consequência aversiva ou situação arbitrária) configuraria um controle contextual inefetivo, baseado em contingências sociais para o seguimento de uma regra e não naquilo que o próprio indivíduo valoriza. Nesse caso, não seriam valores “livremente escolhidos”. Quando falamos em valores, nesse contexto, buscamos identificar de quais qualidades de ação o indivíduo gostaria de se aproximar, ainda que haja a competição com funções aversivas que evoquem respostas de fuga/esquiva. Outra diferença entre as duas perspectivas seria o ponto em que valores constituem eventos verbais, que remeteria a uma discussão do próprio significado de “verbal” para Skinner e Hayes, o que foge do escopo deste capítulo (ver Hayes et al., 2001).

De maneira geral, é possível dizer que tanto a explicação skinneriana quanto a da RFT tentam elucidar como eventos do mundo podem se tornar importantes no sentido de ganhar função reforçadora, permitindo a manutenção de comportamentos relevantes para o indivíduo e para o grupo. A análise proposta por Skinner (1) foca nas contingências diretas de reforçamento que estabelecem função reforçadora para dados eventos e (2) descreve como regras influenciariam o “valor” de um dado evento ambiental ou seu potencial reforçador (especialmente quando as consequências são atrasadas). A RFT, por sua vez, permite compreender por meio de quais processos verbais

eventos do mundo podem ser afetados funcionalmente de maneira "indireta" (simbólica) — ou seja, por meio de quais processos de aprendizagem eventos podem ganhar função reforçadora. O RRAA é postulado como unidade de análise e a transformação de função é explicitada como processo a partir do qual funções reforçadoras derivadas podem ser estabelecidas via relações arbitrárias entre eventos, ou seja, via linguagem. Desse modo, a RFT avança em termos explicativos, funcionais, apoiados em dados experimentais, em um aspecto que foi apenas descrito por Skinner (1963/1969, 1966/1969) de maneira genérica. Sem uma descrição clara das contingências de reforço que permitem que regras alterem a função de eventos ambientais, não seria possível compreender por quais processos valores podem ser estabelecidos verbalmente de modo a influenciar uma vasta gama de comportamentos topograficamente distintos.

Por fim, independente das diferenças explicativas ou práticas sobre os valores, o ponto central de quaisquer dessas perspectivas é compreender como elas podem contribuir no desenvolvimento de tecnologias benéficas para a interação humana com o ambiente. Trata-se de responder a questões como: o que seria bom para um indivíduo? O que seria bom para uma sociedade? Como podemos utilizar tecnologias comportamentais efetivamente para o benefício dos membros de uma comunidade? Quais valores poderiam permitir um maior benefício para os seres humanos? A despeito de essas questões serem respondidas considerando comportamentos reforçados diretamente ou comportamentos derivados, o propósito essencial é produzir procedimentos para estabelecer um equilíbrio entre a produção de comportamentos voltados para o bem dos indivíduos (bem-estar individual) e de outros, altruístas, voltados para o bem do grupo (bem-estar comunitário). Sem dúvida, o aprofundamento no debate sobre o impacto dos valores para o comportamento humano mostra-se como um caminho produtivo para atingir esse propósito por meio da ciência comportamental.

Referências

- Burnes, D., & Roche, B. (1996). Relational frame theory and stimulus equivalence are fundamentally different: A reply to Saunders' commentary. *The Psychological Record*, 46(3), 489-507.
- Blakely, E., & Schlinger, H. (1987). Rules: Function-altering contingency-specifying stimuli. *The Behavior Analyst*, 10(2), 183-187. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2742237/>
- Dougher, M. J., Augustson, E., Markham, M. R., Greenway, D. L., & Wulfer, E. (1994). The transfer of respondent eliciting and extinction functions through stimulus equivalence classes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62(3), 331-351. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1334471/>
- Dougher, M. J., Hamilton, D. A., Fink, B. C., & Harrington, J. (2007). Transformation of the discriminative and eliciting functions of generalized relational stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 88(2), 179-197. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1986433/>
- Dube, W. V., McIlvane, W. J., Callahan, T. D., & Stoddard, L. T. (1993). The search for stimulus equivalence in nonverbal organisms. *The Psychological Record*, 43(4), 761-778.
- Dymond, S., Dunsmoor, J. E., Veruliet, B., Roche, B., & Hermans, D. (2015). Fear generalization in humans: Systematic review and implications for anxiety disorder research. *Behavior Therapy*, 46(5), 561-582.
- Dymond, S., May, R. J., Munnally, A., & Hoon, A. E. (2010). Evaluating the evidence base for relational frame theory: A citation analysis. *The Behavior Analyst*, 33(1), 97-117. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2867509/>
- Eaton, S. B., & Cordain, L. (1997). Evolutionary aspects of diet: Old genes, new fuels. *World Review of Nutrition and Dietetics*, 81(1), 26-37. https://www.researchgate.net/publication/13932509_Evolutionary_Aspects_of_Diet_Old_Genes_New_Fuels
- Ginsburg, S., & Jablonka, E. (2010). The evolution of associative learning: A factor in the cambrian explosion. *Journal of Theoretical Biology*, 266(1), 11-20.
- Hayes, S. C. (1992). Verbal relations, time, and suicide. In S. C. Hayes & L. J. Hayes (Eds.), *Understanding verbal relations: The second and third*

- International Institute on Verbal Relations (2nd ed., pp. 109-118). Context Press.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35(4), 639-665.
- Hayes, S. C., & Berens, N. M. (2004). Why Relational frame theory alters the relationship between basic and applied behavioral psychology. *International Journal of Psychology and Psychological Psychotherapy*, 4(2), 341-353. <https://www.jippsy.com/volumen4/num2/88/why-relational-frame-theory-alters-the-relationship-EN.pdf>
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1989). The verbal action of the listener as a basis for rule governance. In S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies and instructional control* (pp. 153-190). Plenum Press.
- Hayes, S. C., & Sanford, B. T. (2014). Cooperation came first: Evolution and human cognition. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 101(1), 112-129.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Plenum Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 1(1-2), 1-16. https://www.researchgate.net/publication/257744287_Contextual_Behavioral_Science_Creating_a_science_more_adequate_to_the_challenge_of_the_human_condition
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (1999). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change*. Guilford Press.
- Hughes, S., & Barnes-Holmes, D. (2014). Associative concept learning, stimulus equivalence, and relational frame theory: Working out the similarities and differences between human and nonhuman behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 101(1), 156-160.
- Kanter, J. W., Busch, A. M., & Rusch, L. C. (2009). *Behavioral activation: Distinctive features*. Routledge.
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1991). *Functional analytic psychotherapy: Creating intense and curative therapeutic relationships*. Plenum Press.
- Lindhan, M. (1993). *Cognitive-behavioral treatment of borderline personality disorder*. Guilford Press.
- Micheliis: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. (1998). Melhoramentos.
- O'Connor, M., Farrell, L., Munnely, A., & McHugh, L. (2017). Citation analysis of relational frame theory: 2009-2016. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 6(2), 152-158.
- Paget, M. D. (2012). *Wired for culture: Origins of the social human mind*. W.W. Norton.
- Perez, W. E., Nico, Y. C., Kovacs, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à Teoria das Motivações Relacionais (Relational frame Theory): Principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 4(1), 32-50. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105>
- Plumb, J. C., Stewart, I., Dahl, J., & Lundgren, T. (2009). In search of meaning: Values in modern clinical behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 32(1), 85-103. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2686995/>
- Schlinger Jr., H. D. (1993). Separating discriminative and function-altering effects of verbal stimuli. *The Behavior Analyst*, 16(1), 9-23. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2733573/>
- Schneider, S. M. (2012). Consequences everywhere. In S. M. Schneider, *The science of the consequences: How they affect genes, change the brain, and impact our world* (pp. 27-47). Prometheus Books.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Authors Cooperative.
- Skinner, B. F. (1961). *The behavior of organisms*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1966). An operant analysis of problem solving. In B. Kleinmuntz (Ed.), *Problem-solving: Research, method, and theory* (pp. 225-257). Wiley.
- Skinner, B. F. (1967). *Ciência e comportamento humano*. Editora da UnB.
- Skinner, B. F. (1969). Operant behavior. In B. F. Skinner (Ed.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 105-132). Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1963)
- Skinner, B. F. (1969). An operant analysis of problem solving. In B. F. Skinner (Ed.), *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 133-171). Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1966)
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Knopf.

- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1984). The evolution of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 41(2), 217-221. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1348035/>
- Wilson, K. G., & DuFrene, T. (2009). *Mindfulness for two: An acceptance and commitment therapy approach to mindfulness in psychotherapy*. New Harbinger Publications.
- Wilson, D. S., & Hayes, S. C. (2018). *Evolution and contextual behavioral science: An integrated framework for understanding, predicting, and influencing human behavior*. Context Press.
- Wilson, K. G., & Murrell, A. R. (2004). Values work in acceptance and commitment therapy: Setting a course for behavioral treatment. In S. C. Hayes, V. M. Follette & M. Linehan (Eds.), *Mindfulness & acceptance: Expanding the cognitive-behavioral tradition* (pp. 120-151). The Guilford Press.
- Wilson, K. G., Hayes, S. C., Gregg, J., & Zetle, R. D. (2001). Psychopathology and psychotherapy. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 211-238). Plenum Publishers.
- Zetle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Biglan, A. (2016). *The Wiley handbook of contextual behavioral science*. John Wiley & Sons.

2

Valores nas terapias comportamentais contextuais

Luc Vandenberghe

Neste capítulo, discute-se o trabalho acerca de valores em quatro terapias contextuais distintas. A terapia de aceitação e compromisso (ACT, do inglês *acceptance and commitment therapy*) ganha maior destaque pela centralidade que os valores ocupam nesse modelo. Em sequência, são apresentadas as perspectivas da terapia comportamental dialética (DBT, de *dialectical behavior therapy*), da psicoterapia analítica funcional (FAP, de *functional analytic psychotherapy*) e da terapia comportamental integrativa de casal (IBCT, de *integrative behavioral couple therapy*). O capítulo encerra com uma discussão dos valores promovidos pela Associação de Ciência Comportamental Contextual (ACBS). As particularidades das abordagens serão delineadas ao longo do texto e comentadas no fim do capítulo.

Terapia de aceitação e compromisso

Quando da introdução da ACT no Brasil, os exercícios vivenciais e metáforas que propunha chamaram a atenção dos terapeutas comportamen-

